

BDA

Boletim de Direito Administrativo

SUMÁRIO

DOUTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O CONTROLE HÍBRIDO DE CONSTITUCIONALIDADE NA CF/1988 E AS TENTATIVAS DE CONTER O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL (Orione Dantas de Medeiros)	1355
DIREITOS FUNDAMENTAIS E ORÇAMENTO: UMA VINCULAÇÃO NECESSÁRIA (Christiano de Oliveira Taveira e Thaís Boia Marçal)	1372
O STF E A ADIN N° 4.277: ENTRE O CONTRAMAJORITÁRIO E O ATIVISMO JUDICIAL (João Vitor Rodrigues Loureiro)	1391

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

EDUCAÇÃO – Escola técnica federal – Ensino profissionalizante – Cobrança de anuidade relativa à alimentação escolar – Inadmissibilidade – Inteligência dos arts. 206, inc. IV, e 208, inc. VII, da CF (STF)	1405
DIREITO DA COMUNICAÇÃO – Magistrado – Publicação de matéria jornalística noticiando o suposto envolvimento do Juiz com o narcotráfico – Alegada inveracidade da notícia e ofensa à honra, além da não utilização do termo técnico-jurídico adequado na reportagem – Aplicação da sanção administrativa de disponibilidade erroneamente denominada na matéria de exclusão ou afastamento das funções – Pretensa indenização por danos morais – Não cabimento – Informação verdadeira, fidedigna, bem como relevante ao interesse público – Não cabimento de rigorismos próprios de procedimento judicial – Inexistência de ilicitude na conduta (STJ)	1410
CRIME ELEITORAL – Captação ilícita de sufrágio – Alegada infringência ao art. 299 do Código Eleitoral – Denúncia – Ausência da adequada identificação do corruptor passivo – Aferição da qualidade de eleitor obstada – Inépcia da inicial acusatória – Ausência de justa causa para a ação penal (TSE)	1418
CONCURSO PÚBLICO – Candidato portador de necessidades especiais – Reserva de 5% de 8 vagas disponíveis – Percentual aplicado que resulta em número fracionado (0,4 vaga) – Pretenso arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente – Observância do limite máximo de 20% das vagas oferecidas – Aplicação analógica da Lei nº 8.112/1990, tendo em vista a ausência de previsão na legislação estadual – Hipótese em que, além das vagas destinadas às pessoas com deficiência, também foram reservados 10% para negros (1,04 vaga) e 3% para índios (0,24 vaga) – Impossibilidade de arredondamento, tendo em vista que o limite máximo de 20% do total de vagas oferecidas foi extrapolado (TJMS)	1422
PRESÍDIO ESTADUAL – Superlotação – Inexistência de estrutura mínima de atendimento médico aos detentos – Ação civil pública – Adequação da população carcerária à capacidade máxima do estabelecimento prisional – Abertura de concurso público para provimento dos cargos de profissionais da saúde – Atendimento e realização de ações básicas – Possibilidade de o Judiciário determinar providências para correção da ilegalidade perpetrada – Afronta ao núcleo mínimo do princípio da dignidade da pessoa humana – Dilação de prazo para cumprimento da obrigação – Redução do valor da sanção pecuniária (TJSP)	1432

continua...

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Perdimento de veículo – Transporte de mercadorias estrangeiras – Internação irregular em território nacional – Desconhecimento da ilicitude pelo proprietário do automóvel e boa-fé não evidenciados – Infrator habitual que tem como ocupação principal a venda de bens da mesma natureza daqueles transportados irregularmente – Alegada desproporção entre o valor do carro e as mercadorias – Proporcionalidade que não deve ser apenas matemática, mas, sobretudo, axiológica (TRF4ºR)	1442
DOAÇÃO ELEITORAL – Pessoa física – Rendimento bruto total zerado conforme declaração à Receita Federal – Excesso de doação comprovado – Apresentação de declaração retificadora de rendimentos – Fato posterior à citação nos autos – Ocorrência do ilícito não afastada – Alegado donativo realizado de forma estimada na modalidade de prestação de serviços de advocacia de maneira voluntária à campanha da candidata – Não cabimento – Aplicação de multa – Acréscimos legais afastados, tendo em vista a existência de legislação específica sobre o assunto (TRESP)	1448
SERVIDOR PÚBLICO – Percepção simultânea de proventos de aposentadoria com vencimentos de cargo público – Hipótese não amparada pela exceção prevista no art. 11 da EC nº 20/1998 – Funcionário que ingressou em novo cargo, décadas atrás, enquanto estava de licença sem remuneração de outro vínculo estatutário – Agente que deve optar entre os vencimentos do cargo ou os proventos – Determinação para desconto dos valores recebidos a mais desde a data da acumulação indevida – Possibilidade do restabelecimento da acumulação de cargos judicialmente – Observância do teto constitucional e da proibição de nova aposentadoria, nos termos do dispositivo em epígrafe (TCU)	1452
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – Promulgação da EC nº 74/2013 – Autonomia financeira, administrativa e funcional assegurada – Desvinculação da estrutura do Ministério da Justiça – Definição sobre a competência para elaboração do relatório de gestão, dos documentos, certificados e pareceres de auditoria na prestação de contas do órgão – Relatoria dos processos da DPU na Corte de Contas – Considerações (TCU)	1463

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL